

23º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

## Gregório Leão questiona ausência de outros membros do Comando Conjunto no julgamento e juiz aproveita para "limpar" o nome de Filipe Nyusi

- O juiz Efigénio Baptista explicou ontem que Armando Guebuza, antigo Presidente da República, e Filipe Nyusi, antigo Ministro da Defesa Nacional, não estão a enfrentar acusações relacionadas com o escândalo financeiro das "dívidas ocultas" porque a Procuradoria-Geral da República (PGR) não encontrou indícios de que tenham recebido dinheiro do Privinvest, o grupo empresarial baseado em Abu Dhabi que ajudou na negociação dos empréstimos com garantias de Estado no valor de 2,2 mil milhões de dólares e forneceu equipamentos às empresas ProIndicus, EMATUM e MAM.

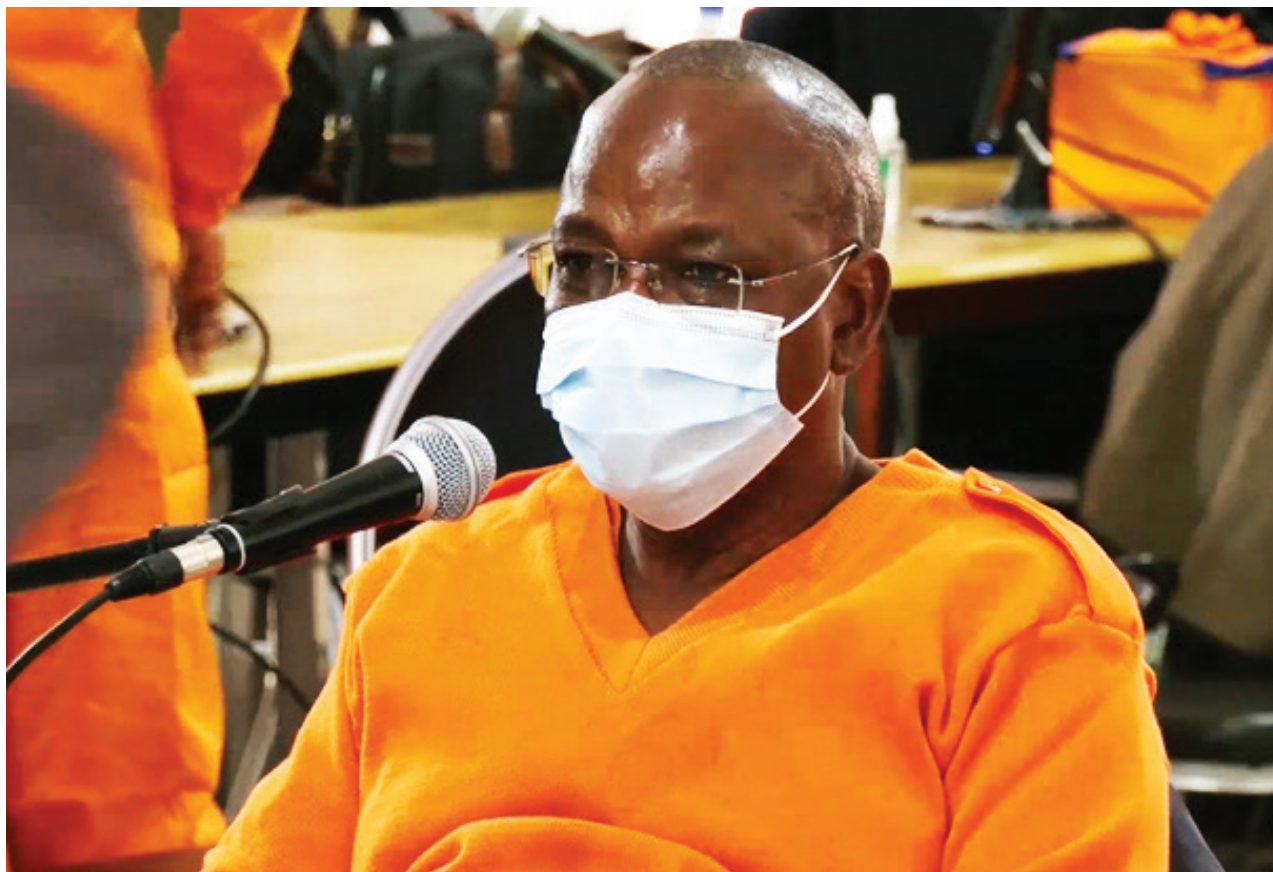


O juiz estava a responder ao antigo Director-geral do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE), Gregório Leão, que se sempre queixou de ser o único membro do Comando Conjunto detido em conexão com as “dívidas ocultas”. “No Comando Conjunto e no Comando Operativo temos hierarquias. Mas eu estou aqui sozinho. Os assuntos sobre a criação das empresas eram fechados, havia compartimentação da informação. Houve fuga de informação e quem está aqui a responder sou eu. Devia estar a responder o antigo Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi, e o antigo Ministro do Interior, Alberto Mondlane. Eles também faziam parte do Comando Conjunto”, disse Gregório Leão.

Mas o juiz respondeu afirmou que o que está em causa no julgamento é o dinheiro do grupo Privinvest: “Está aqui quem tem relação com o dinheiro da Privinvest. Quem não tem relação com o dinheiro da Privinvest não está aqui”. E disse mais: “Nos autos tem rastreio de contas de toda a família Guebuza. Nas contas do Presidente Guebuza não tem nem uma transferência da Privinvest, nas contas da esposa não tem nem uma transferência da Privinvest. Nas contas da filha, infelizmente falecida, e do outro filho do Presidente Guebuza, acho que é Mussumbuluco, não têm transferências da Privinvest. Então, não se escolheu Ndambi Guebuza para estar aqui. Houve transferências da Privinvest no seu interesse e ele confirmou que recebeu dinheiro”.

Em relação ao antigo Ministro da Defesa Nacional, o juiz disse que não há indícios de ter recebido dinheiro do grupo Privinvest e pediu a quem tiver informação contrária para apresentar à PGR. “O Presidente Nyusi, idem, não tem nada no processo que indica que recebeu dinheiro da Privinvest. Na conta de Alberto Mondlane também não tem nenhum indício. Se alguém tem prova de que o Presidente Nyusi recebeu dinheiro da Privinvest, pode ir entregar à PGR. Os outros membros do Comando Conjunto não estão aqui porque não há indícios de que eles receberam dinheiro da Privinvest. Esta é a razão, nos termos dos autos”.

O réu Gregório Leão reagiu afirmando que ele também não recebeu dinheiro do grupo Privinvest nas suas contas. Mas o juiz lembrou ao réu que a sua esposa Ângela Leão trocava emails com Privinvest sobre transferências de dinheiro para a conta da M Moçambique Construções, a empresa do réu Fabião Mabunda. “Na sua conta não foi encontrado dinheiro, mas o Ministério Público, nos termos da acusação, acredita que os 387 milhões que



Gregório Leão

**“No Comando Conjunto e no Comando Operativo temos hierarquias. Mas eu estou aqui sozinho. Os assuntos sobre a criação das empresas eram fechados, havia compartimentação da informação. Houve fuga de informação e quem está aqui a responder sou eu. Devia estar a responder o antigo Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi, e o antigo Ministro do Interior, Alberto Mondlane. Eles também faziam parte do Comando Conjunto”**

Fabião Mabunda recebeu através da sua empresa M Moçambique Construções era do seu interesse. Antes do senhor Mabunda receber o dinheiro, há indícios de que a sua mulher, ré nos presentes autos, já

sabia que ele iria receber. E a sua mulher não tinha relação com a Privinvest. Quem tinha relação é o senhor. Daí que, nos termos da acusação, a sua mulher foi testada-ferro. A sua mulher está aqui porque recebeu bordereaux da Privinvest e instruiu o réu Fabião Mabunda como gastar os mais de 387 milhões de meticais recebidos”.

Apesar de o juiz Efigénio Baptista firmar que a PRG não encontrou indícios de recebimento de dinheiro nas contas de Filipe Nyusi, seu nome foi citado como tendo recebido um milhão de dólares da Privinvest para apoiar a sua campanha eleitoral nas presidenciais de 2014. “Nuy é o actual Presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi. Pagamos-lhe um milhão de dólares como contribuição para a sua campanha eleitoral. Acho que era em Maio de 2014, por essa altura já sabíamos qual era a dimensão dos projetos em Moçambique. Era, também, a campanha do futuro Presidente Filipe Nyusi, para a qual contribuimos”<sup>1</sup>, disse Jean Boustani, gestor do grupo Privinvest, durante o julgamento nos Estados Unidos da América, em Novembro de 2019.

Além do actual Presidente da República há outras figuras que foram citadas como tendo beneficiado do dinheiro do grupo Privinvest, mas que não estão a ser julgados. Em relação ao Partido Frelimo, existem bordereaux que provam transferências de milhões de dólares efectuadas pelo grupo Privinvest. Mas até hoje a PGR nunca notificou a direcção do Partido no poder para obter esclarecimentos.

<sup>1</sup> <https://www.voportugues.com/a/d%C3%ADvidas-ocultas-filipe-nyusi-recebeu-milh%C3%A3o-de-d%C3%B3lares-diz-jean-boustani/5174964.html>



## Antigo Director-geral do SISE diz que houve sabotagem da MAM porque algumas pessoas não queriam ceder os estaleiros navais

Depois de algumas perguntas de insistência feitas pela representante do Ministério Público, Ana Sheila Marrengula, a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), assistente do processo, começou a interrogar o réu às 17h00. O antigo Director-geral preferiu não responder a muitas perguntas colocadas pelo assistente (na voz de Flávio Menete, antigo Bastonário da OAM), alegando que já tinha esclarecido no primeiro e segundo dias da sua audição. Sobre as viagens à Alemanha e o pagamento de despesas a pessoas estranhas à instituição, o réu voltou a dizer que como Director-geral do SISE não tinha obrigação de saber quem integrava as missões, pois a ele só interessavam os resultados. "Eu autorizava os directores das áreas e cabia a eles seleccionar os integrantes da missão. Dependendo da natureza da missão, os oficiais do SISE podem viajar usando uma outra identidade".

À uma pergunta sobre se alguma vez teria reunido com os dirigentes da Privinvest, nomeadamente Jean Boustani, Gregório Leão respondeu que quem interagira com o grupo era António Carlos do Rosário. Na audição na PGR, o réu disse que tinham sido atingidos os principais objectivos que levaram à constituição das empresas ProIndicus, EMATUM e MAM. A OAM questionou sobre os indicadores que o antigo Director-geral do SISE tinha para concluir que os objectivos tinham sido alcançados, ao que o réu respondeu apontando para a aquisição de meios necessários para o controlo e segurança do espaço marítimo.

Nos primeiros dias da sua audição, o réu disse que houve sabotagem da MAM porque algumas pessoas não queriam entregar os estaleiros navais, situação que prejudicou a operacionalização da empresa. "Em Pemba foi fácil porque o estaleiro naval pertencia ao Ministério da Defesa Nacional. Mas em Maputo não foi fácil porque o estaleiro não pertencia às Forças de Defesa e Segurança. Eu tive que intervir para desbloquear a situação. Tive que reunir com os Ministros dos Transportes e Comunicações e da Economia de Finanças. Acabamos conseguindo, apesar de ter sido tarde".

Questionado se teve conhecimento de um estudo do Instituto de Investigação Pesqueira que desaconselhava a pesca comercial de atum, o réu respondeu negativamente. "Não tive conhecimento. Lembro-me de uma entrevista que o



Juiz Efigénio Baptista

***“Eu como Director-geral não tinha tempo para questões relacionadas com a construção de casa. Eu atendia a questões de segurança dentro e fora do País. E fazia isso todos os dias. Foi por essa razão que deixei tudo na responsabilidade da minha esposa para eu poder me concentrar no meu trabalho”***

Ministro das Pescas, Victor Borges, deu ao jornal Notícias na qual dizia que as receitas anuais da pesca do atum estariam na ordem de 200 milhões de dólares por ano. A informação que recebi da interacção com o Ministro das Pescas é completamente contrária com esses estudos que dizem que desaconselhavam a pesca comercial de atum”, explicou. Na verdade, o Ministro das Pescas, Victor Borges, concedeu uma entrevista ao Jornal Notícias no dia 2 de Dezembro, onde afirmou que

a exportação do atum iria contribuir com 200 milhões de dólares para a balança de pagamentos nos próximos anos, além de permitir maiores cobranças de outras receitas para o Estado.


À pergunta se acompanhou as obras de construção da sua residência localizada no Jonasse, Gregório Leão respondeu que só participou do lançamento da primeira pedra. "Eu como Director-geral não tinha tempo para questões relacionadas com a construção de casa. Eu atendia a questões de segurança dentro e fora do País. E fazia isso todos os dias. Foi por essa razão que deixei tudo na responsabilidade da minha esposa para eu poder me concentrar no meu trabalho". Às perguntas relacionadas com os pagamentos feitos a várias empresas para prestação de serviços de acabamento da residência do casal Leão, o réu remeteu-se ao silêncio.

Sobre os imóveis geminados da praia da Ponta D'Ouro compradas pela sua esposa, a ré Angela Leão, com fundos transferidos pelo grupo Privinvest para a M Moçambique Construções (empresa de Fabião Mabunda), Gregório Leão disse que nunca ouviu dessas casas. Voltou a afirmar que nunca interferiu e não interfere na actividade empresarial da sua esposa, por isso absteve-se de responder às perguntas sobre as casas. Perguntado se era sócio da Leão Investment Group, criada 23 de Julho de 2014, com sede em Mpumalanga, África do Sul, o réu disse não conhecer a empresa.

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

## PARCEIRO PROGRAMÁTICO



## PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

